



RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ENADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Gabriela Cesa - UNISUL

Resumo: O presente artigo traz uma reflexão acerca da participação, pela primeira vez, dos cursos de graduação em Relações Internacionais no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2009. A pesquisa demonstra que em sua grande maioria, os cursos avaliados tiveram um desempenho insatisfatório, porém também se verifica que as questões elaboradas para a prova não abarcam muitos dos temas constantes nos projetos pedagógicos dos cursos dessa área que, até a presente data, não tem suas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Verifica-se um descompasso entre o que vem sendo ensinado e estudado e aquilo que está sendo cobrado, levando a resultados que podem demonstrar uma situação mais grave do que a realmente existente. Diante disso, procura-se discutir o resultado do ENADE de 2009 perante as perspectivas de uma nova prova que deverá ser aplicada aos alunos de Relações Internacionais em 2012.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Avaliação. ENADE.

1 Introdução

As transformações ocorridas no mundo, tal como a globalização, acarretaram um fenômeno de caráter nacional: o surgimento de diversos cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil. Enquanto entre as décadas de 1970 e 1990 sua oferta era quase inexistente, hoje vem sendo ofertada em mais de cem universidades brasileiras.

Se no século passado o país atravessava um processo de internacionalização que demandava esforços na área internacional, esse cenário está cada vez mais propício, aumentando o interesse pelo estudo dos temas mundiais.

Além disso, no Brasil as regras para autorização de funcionamento e renovação de cursos superiores apresentam-se bastante brandas, fazendo com que a oferta de graduações, e aqui se mencionam as de Relações Internacionais, cresçam de maneira preocupante. A essa preocupação acrescenta-se o fato da área de Relações Internacionais não ter suas Diretrizes Curriculares definidas pelo Ministério da Educação (MEC), o que aumenta o debate sobre o que pode ser considerado um bom curso de Relações Internacionais.

Diante dessa realidade e visando adequar-se as demandas do mercado de trabalho, os cursos de Relações Internacionais passam a utilizar diferentes concepções de ensino, focando

seus projetos pedagógicos para formação de profissionais voltados a áreas como negociação, política, economia, ou mesmo, na formação de um profissional multidisciplinar. As instituições de ensino superior procuram adequar seus projetos aos interesses das áreas de atuação com maior absorção de profissionais graduados. Porém, há um impacto significativo das abordagens educacionais que são utilizadas pelos cursos, pois o bacharel em Relações Internacionais poderá ter habilidades distintas dependendo da instituição em que tenha sido formado.

Este artigo visa demonstrar qual é o atual panorama das graduações em Relações Internacionais em funcionamento no Brasil, desenvolvendo uma revisão histórica sobre a formação dos cursos; verificar seus resultados perante o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) aplicado em 2009, bem como, analisar as possíveis mudanças do sistema avaliativo dessa área quando da aplicação da próxima prova, esperada para o final de 2012. Para tanto, propõem-se responder as seguintes perguntas: Quais os resultados obtidos pelos cursos de graduação em Relações Internacionais em sua primeira participação no ENADE? Que mudanças esperar no sistema avaliativo dessa área nos próximos anos?

Este trabalho foi realizado através do método exploratório-descritivo. Isto é, através de pesquisa documental dos exemplos estudados, além de levantamento bibliográfico de questões históricas.

Para alcançar os objetivos propostos este artigo abordará a oferta dos cursos de Relações Internacionais, iniciado no país na década de 1970. Aproveita-se para demonstrar as diferenças existentes nos projetos pedagógicos dos cursos e nas dinâmicas de formação voltadas ao mercado de trabalho buscadas pelas instituições de ensino superior que ofertam graduação em Relações Internacionais. Também abordará a participação dos cursos de Relações Internacionais pela primeira vez no ENADE em 2009 que demonstrou uma grande quantidade de cursos com conceitos considerados medianos ou ruins, colocando em dúvida a qualidade do ensino nesta área, e quais são as possíveis mudanças nas políticas avaliativas para os próximos anos.

O presente trabalho justifica-se pela relevância e pertinência do tema. Todos os que se esforçam em consolidar a área de Relações Internacionais devem preocupar-se com a qualidade do ensino que vêm sendo ministrado aos acadêmicos nas universidades brasileiras e buscar, através do debate, perspectivas de uma melhoria cada vez mais significativa, que trará benefícios para toda a sociedade.

2 A oferta dos cursos de Relações Internacionais no Brasil

A Universidade de Brasília (UnB) teve o primeiro curso de bacharelado em Relações Internacionais implantado em 1974. O programa foi criado justamente na capital federal favorecido, em termos, pelo ambiente diplomático e político governamental e tinha como objetivo formar profissionais capacitados para atuar nas atividades desenvolvidas pelo Brasil no seu projeto de internacionalização, elaborando e assessorando as estruturas administrativas brasileiras a agir na área das políticas públicas voltadas para o incremento da política externa, e não, como muitos imaginavam, para preparar candidatos para prestarem o concurso de acesso à carreira diplomática no Itamaraty.

A década de 1990 é, sem dúvida, a que verifica o maior crescimento brasileiro das Relações Internacionais e sua produção. Testemunha-se um aumento no número de teses produzidas, os periódicos sobre o tema passam a ser frequentes e tem-se a volta de especialistas que haviam ido estudar no exterior. O país passa por um momento de internacionalização, aderindo a um bloco regional, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e novos postos de trabalho são criados em organizações internacionais governamentais e não governamentais.

Antonio Carlos Lessa (2005) afirma que tais transformações trouxeram consequências importantes. A primeira foi o aumento da demanda por profissionais com formação específica que conseguissem atender aos interesses dos agentes públicos e privados em suas análises, interpretações e intervenções na cena internacional, aliado à escassez desse tipo de profissional no mercado de trabalho. A segunda consequência foi a desregulamentação do ensino superior brasileiro, que juntamente ao crescente interesse social pelas relações internacionais, culminou em um incremento da formação de recursos humanos verificado, essencialmente, nas instituições privadas de ensino superior.

Isso posto, é fato que o aumento da demanda e, em consequência, a do ensino de Relações Internacionais no Brasil, são duas dinâmicas que se encontraram nos anos recentes. É difícil supor qual das duas foi mais decisiva para o extraordinário crescimento que se observou a partir da segunda metade da década de 90, mas pode-se propor que a lógica de mercado (que informa que toda demanda desse porte é logo suprida pelo crescimento da oferta) tenha sido decisiva. A expansão da oferta de formação específica – ressalte-se – é uma reação autêntica dada pelo setor de serviços educacionais (como ficou configurada a educação superior nos anos recentes) ao crescimento da demanda por formação específica – que, por seu turno, é uma reação social legítima à internacionalização do Brasil (LESSA, 2005, p. 42).

As universidades valendo-se desse momento criam novos cursos de graduação em Relações Internacionais e detecta-se uma maior intensidade de ofertas a partir de 1995 quando esses cursos são criados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Católica de Brasília (UCB) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), que estruturam seus programas de forma sintonizada com o ensino da área.

Depois dessas, segue-se uma expansão sem precedentes, na qual cursos com qualidade duvidosa surgem e colocam em risco os rumos do ensino das Relações Internacionais e dos profissionais que se pretendiam formar. Talvez também em razão do *marketing* e prestígio que perpassa o nome “Relações Internacionais” diversas instituições de ensino (principalmente privadas) passaram a oferecer cursos nessa área, sem levar em conta suas especificidades. Muitos foram criados a partir de outros já existentes como Comércio Exterior, Negócios ou Administração utilizando a mesma estrutura, disciplinas e quadro docente.

Para Antonio Carlos Lessa (2005, p. 43) a área expande-se como uma “terra sem lei”, na qual se imaginava que a formação em Relações Internacionais era produto de um amontoado de disciplinas com sufixo “internacional” e que poderiam ser ministradas por docentes sem formação específica.

Para melhor visualização do aumento do número de cursos nas últimas décadas, demonstra-se abaixo, a quantidade de graduações em Relações Internacionais ofertadas atualmente em Instituições de Ensino Superior no Brasil:

Tabela1 – Quantidade de cursos de graduação em Relações Internacionais criados entre 1971 e 2011

Período	Quantidade de cursos de graduação em Relações Internacionais criados
1971 – 1980	1
1981 – 1990	1
1991 – 2000	31
2001 – 2011	70
TOTAL	103

Fonte: E-MEC

Aspecto relevante que não pode deixar de ser mencionado, é que a expansão da oferta de graduações em Relações Internacionais fez com que as instituições de ensino adequassem seus currículos buscando parâmetros próprios de formação na área, o que leva a oferta de

cursos com feições generalistas e outros com focos mais centrados em determinados aspectos da realidade social da região em que se inserem.

É possível encontrar cursos que ofertem disciplinas de agronegócios, comércio bilateral, meio ambiente, turismo, dentre outros. Contudo, tais especificidades não podem contrariar, ou melhor, sobrepor-se ao conteúdo mínimo que caracteriza o curso de Relações Internacionais, qual seja, o ensino de disciplinas como Teoria e História das Relações Internacionais, Economia Política Internacional, Política Externa, Diplomacia, dentre outras que compõem o currículo básico de formação na área, determinadas na Portaria n. 641 de 1997 da Secretaria de Ensino Superior (SESu) (Brasil, 2011), documento que regulamenta o ensino da área, uma vez que, como já mencionado, até a presente data, não há Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo MEC para esta graduação.

Shiguenoli Miyamoto (1999, p. 94) concorda com tal posição, e acrescenta que esta tendência se deve ao fato do interesse das instituições em tornar os cursos mais práticos, e dá alguns exemplos:

[...] o curso da Fundação Lusíada de Santos – SP enfatiza o comércio portuário; a Universidade São Marcos, a gestão em negócios, enquanto o comércio exterior se constitui no elemento forte da Universidade Estácio de Sá; a PUC/SP e a Universidade de Brasília preocupam-se com uma formação mais acadêmica, centrada em Ciência Política, ainda que não descurem da História, do Direito e da Economia (principalmente no caso da instituição paulista, que privilegia uma forte integração interdisciplinar); a PUC/MG embora desejasse priorizar todas as áreas, mostra através de sua grade curricular a preferência pelo pragmatismo, o mesmo se verificando no caso da UNISUL, enquanto UNIVALI apresenta um currículo bem equilibrado.

As diferenças de currículo demonstradas acima são as bases para uma discussão acerca dos resultados obtidos pelos cursos de graduação em Relações Internacionais no ENADE de 2009.

3 Participação dos cursos de Relações Internacionais no ENADE de 2009

Para auxiliar no debate acerca da quantidade e qualidade de cursos de graduação em Relações Internacionais criados nos últimos anos, é preciso verificar que esses cursos foram avaliados em 8 de novembro de 2009 pelo Ministério da Educação, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O exame faz parte do conjunto de instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES), realizado desde 2004 através do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A escolha dos cursos avaliados em cada ano é feita de forma que todas as áreas do conhecimento disponibilizadas atualmente pelas instituições de ensino brasileiras sejam abrangidas. O objetivo do exame é realizar uma avaliação das características dos cursos de graduação e das habilidades e capacidades desenvolvidas pelos alunos no decorrer de sua formação, traçando um quadro sobre a educação superior no país. Os resultados finais são divulgados e a colocação do curso é estabelecida pelo seu CPC (Conceito Preliminar do Curso) que varia de 1(um) a 5 (cinco), sendo 5 (cinco) a nota máxima. Também se verifica a possibilidade de ser classificado como “Sem Conceito (SC)”, quando o curso apesar de avaliado não preenche um requisito para a formação de sua nota, qual seja, possuir estudantes ingressantes ou concluintes selecionados para realizar a prova (INEP, 2011).

Dos 81 (oitenta e um) cursos de graduação em Relações Internacionais avaliados, de instituições de ensino superior públicas e privadas, apenas uma instituição atingiu o conceito 5 (cinco). Trata-se da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Outras 6 (seis) instituições receberam conceito 4 (quatro), conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 2 – Resultados do ENADE 2009 em Relações Internacionais

INSTITUIÇÃO	SIGLA	ESTADO	TIPO	CIDADE	CONCEITO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC MINAS	MG	Universidade privada	BELO HORIZONTE	5
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	DF	Universidade pública	BRASILIA	4
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	UNI-BH	MG	Centro Universitário privado	BELO HORIZONTE	4
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC-RIO	RJ	Universidade privada	RIO DE JANEIRO	4
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUCSP	SP	Universidade privada	SAO PAULO	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS	Universidade pública	PORTO ALEGRE	4
FACULDADE AMÉRICA LATINA		RS	Faculdade privada	CAXIAS DO SUL	4

Fonte: INEP, 2011

Pelo gráfico que segue é possível perceber que a grande maioria dos cursos alcançou conceito 2 (dois) ou 3 (três), o que leva a crer que muito deve ser realizado para que essas instituições repensem a qualidade do ensino que vem sendo ofertado, principalmente, analisando se os padrões mínimos de qualidade são respeitados.



Gráfico 1 – Conceitos obtidos pelos cursos de graduação em Relações Internacionais no ENADE 2009.

Fonte: INEP, 2011

Se for levado em consideração que dos 81 (oitenta e um) cursos avaliados, 30 (trinta) ficaram “Sem Conceito (SC)”, tem-se que 51 (cinquenta e uma) graduações em Relações Internacionais foram efetivamente analisadas. Destas, 47,1% obtiveram conceito 1 ou 2 (desempenho insatisfatório); 39,2% atingiram o conceito 3 (desempenho razoável) e apenas 13,7% alcançaram os conceitos 4 e 5 (desempenho bom).

A leitura destes resultados poderia demonstrar uma situação desfavorável no ensino das Relações Internacionais no Brasil. Entretanto, deve-se se buscar algumas causas e encontrar respostas que justifiquem ou ajudem a entender o porquê destes números.

Da análise da avaliação aplicada tem-se que a prova e os conteúdos nela requeridos não correspondem aquilo que vem sendo ensinado na grande maioria das instituições de ensino superior brasileira que possuem cursos de Relações Internacionais.

Efetivamente, tem-se a seguinte situação: como o curso de Relações Internacionais é considerado multidisciplinar e, por não existirem as Diretrizes Curriculares mínimas regulamentadas pelo MEC, certas instituições montaram os projetos pedagógicos de seus cursos com intuito de formar profissionais capacitados a atuar na área privada, que atualmente é a que absorve a grande maioria dos egressos.

Tal fato é corroborado pela pesquisa concluída no ano 2000 pela PUC Minas Gerais, com egressos do curso de Relações Internacionais (PUC, 2011) daquela instituição que demonstra a distribuição desses profissionais no mercado de trabalho, a qual comprova que a grande maioria dedica-se ao setor privado. Foram entrevistados 290 (duzentos e noventa) ex-alunos que estão assim distribuídos:

Tabela 3 – Respostas dos alunos entrevistados no que se refere ao setor em que atuam profissionalmente

SETOR DE ATUAÇÃO	
Acadêmico	15,6%
Privado	52,1%
Público	25,1%
Terceiro setor	7,1%

Fonte: PUC, 2011.

Pensando nisso, muitas universidades incluem disciplinas como Comércio Exterior, Gestão e Direito Empresarial e Marketing Internacional, por exemplo, na grade curricular de seus cursos, ocupando grande parte da carga horária total da graduação, conforme permitido pela Portaria 641 (BRASIL, 2011), que dispõe que um curso de Relações Internacionais deve fundar-se no ensino de disciplinas específicas; disciplinas auxiliares e correlatas e disciplinas optativas.

No rol das disciplinas específicas, estarão aquelas que caracterizam o curso, pois são as responsáveis pelos conceitos gerais e categorias desse campo de estudo. A oferta deste quadro de disciplinas deve ser de no mínimo 480 (quatrocentos e oitenta) horas/aula, e devem contemplar: disciplinas que caracterizam os fundamentos do estudo das Relações Internacionais, disciplinas relativas às correntes teóricas das Relações Internacionais e sua aplicação nas análises de política internacional, disciplinas de política externa brasileira, que abranjam sua história e análise, disciplinas de história das Relações Internacionais e disciplinas de análise das instituições políticas e econômicas internacionais (BRASIL, 2011).

Já a carga horária estabelecida para as disciplinas auxiliares e correlatas é de 1.200 (mil e duzentas) horas/aula, o que representa a metade da carga total do curso, e são, em resumo “disciplinas de formação básica das áreas onde os fenômenos internacionais acontecem” (BRASIL, 2011, p.03). Já as disciplinas optativas serão aquelas voltadas para orientação profissional e podem variar dependendo das individualidades de cada curso, baseadas nas disponibilidades regionais de cada instituição de ensino.

Desta maneira, um curso de Relações Internacionais deveria estar estruturado da seguinte maneira:

Estrutura do Curso de Relações Internacionais

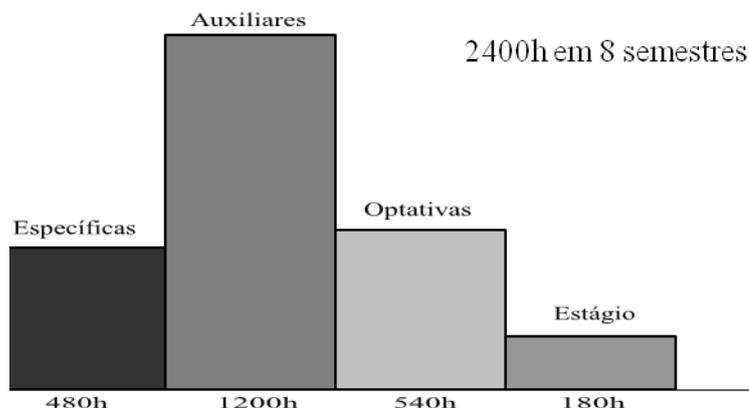


Gráfico 2 – Estrutura dos cursos de graduação em Relações Internacionais segundo sua carga horária e disciplinas

Fonte: Elaboração da autora, 2011.

Entretanto, somente os conteúdos das disciplinas específicas foram alvo de avaliação durante a prova aplicada pelo INEP em 2009 (INEP, 2010), que se concentrou em questionar as áreas consideradas tradicionais das Relações Internacionais, advindas exclusivamente, da área pública.

Tal constatação é perceptível nas questões retiradas da prova (INEP, 2010), que, como determinado pelo INEP é composta por dez questões de conhecimentos gerais e outras trinta de conhecimentos específicos, sendo estas as que interessam a esta pesquisa. Das questões de conhecimentos específicos, ao menos cinco tratavam explicitamente das Teorias de Relações Internacionais. Há ainda diversas questões com foco voltado para a Política Externa, Organizações Internacionais, Integração Regional, os quais são temas de caráter público que embasam as Relações Internacionais, e não há questões abordando temas de caráter privado, prejudicando as instituições que focam seus cursos para esta carreira.

As provas do ENADE são elaboradas por uma instituição credenciada, a partir de orientações estabelecidas nas diretrizes definidas por Comissões Assessoras de Especialistas de cada área, de acordo com as respectivas Diretrizes Nacionais dos Cursos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Se o curso de Relações Internacionais, como dito, não possui Diretrizes Curriculares que orientem as Comissões no que tange o perfil do egresso, suas habilidades, competências e conhecimentos específicos, a avaliação fica prejudicada. Ou seja, na falta de um currículo mínimo, o Ministério da Educação deixou a critério de seus examinadores a formação do conteúdo específico da prova de Relações Internacionais, o que

segundo Tais Julião (2011) demonstra a indiferença do Estado às regionalidades que são encontradas nos mais variados currículos de Relações Internacionais espalhados pelo Brasil.

A aplicação do exame do ENADE às Relações Internacionais pode ser interpretada, pois, de formas variadas. Se por um lado confirma sua viabilidade e relativa consolidação enquanto uma formação específica e autônoma institucionalmente, por outro pode revelar um quadro dramático de décadas de indiferença por parte das agências educacionais do Estado. Não se sabe até que ponto uma avaliação para a área é capaz de abranger a diversidade de perspectivas e currículos que estruturam os cursos atuais, é importante ressaltar, oferecidos em diversas regiões brasileiras, cada qual buscando adequar a formação à sua realidade. O enfoque regional é uma das conseqüências da multidisciplinaridade combinada aos elementos que estimularam a abertura acelerada de cursos (JULIÃO, 2011, p. 02).

Realmente há um descompasso entre o que é ensinado por uma parcela considerável de cursos de Relações Internacionais, verificável através de seus projetos pedagógicos, e o conteúdo que é exigido pelo ENADE, tendo em vista que questões de âmbito privado não são incluídas na prova, o que não afasta o fato de que os conteúdos específicos do curso possam estar sendo ensinados de forma ineficiente nas instituições que ofertam esta graduação.

É certo que as demandas de mercado e as exigências dos campos profissionais não devem ser as guias das ações desempenhadas pelas universidades, que exercem uma função social muito mais importante, qual seja, a formação de um cidadão crítico e preparado para lidar com a realidade que o cerca. O desenvolvimento econômico e as necessidades do mercado profissional são relevantes no contexto social, porém, não devem sobrepor-se a valor da cidadania.

Da mesma forma, os resultados das avaliações realizadas pelos órgãos governamentais não devem ser interpretadas de maneira simplista, sem que haja uma análise profunda de suas causas e suas conseqüências. Somente assim, alcança-se a credibilidade necessária para o aperfeiçoamento do ensino superior no país.

4 ENADE para 2012: desafios e perspectivas

Até o encerramento desta pesquisa o INEP não havia divulgado o edital do exame para o ano 2012, entretanto, seguindo a lógica de avaliação dos cursos de forma trienal, as graduações em Relações Internacionais passarão por nova prova no final de 2012.

Algumas atitudes já divulgadas podem dar indícios de avanços e melhorias no sistema avaliativo aplicado pelo MEC (INEP, 2011).

O INEP começou em 1º de abril de 2011 um estudo visando identificar como os formados no ensino superior estão ocupando o mercado de trabalho. Os questionários sobre emprego e empregabilidade foram enviados através de e-mail a todos os participantes de provas do ENADE entre 2005 e 2008. A ideia consiste em que o aluno responda 16 (dezesesseis) questões das quais duas são subjetivas. Com isso, o INEP esperava receber sugestões de melhorias para os cursos avaliados (INEP, 2011).

Apesar do prazo para as respostas ter encerrado em 29 de abril de 2011, ainda não houve divulgação de nenhum resultado por parte do INEP, nem mesmo a publicidade na intenção de fazê-lo. Também cabe ressaltar que alunos formados em Relações Internacionais não foram abrangidos pela pesquisa, uma vez que realizaram a prova no ano 2009.

Entretanto, a intento parece viável se for levado em consideração em momentos futuros, como nas elaborações de novas provas e desde que, o questionário seja enviado a todos os alunos participantes do exame nos anos posteriores a 2008.

Também, desde o ENADE de 2011 os alunos ingressantes estão dispensados da prova, sendo avaliados por suas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A ideia inicial de avaliar os ingressantes estava em medir o crescimento educacional, considerando um valor agregado de conhecimento ao longo da permanência desse aluno na universidade. Após alguns estudos, ficou comprovado que esses conhecimentos podem ser auferidos através da verificação do desempenho acadêmico no ENEM, sendo dispensável a participação dos ingressantes no ENADE (INEP, 2011).

E, por fim, nos dias 16 e 17 de junho de 2011, foram realizados em Brasília os “Seminários do ENADE”, com a participação de mais de mil coordenadores de curso. O evento foi aberto aos coordenadores que teriam seus cursos avaliados no final de 2011 e visava demonstrar os aspectos técnicos e operacionais do exame. A iniciativa é adequada para uma maior compreensão das práticas e objetivos do ENADE, porém, não há um acompanhamento posterior sobre a visão dos alunos, professores e coordenadores sobre a prova e seus critérios de pontuação, com a oportunidade de debate de temas como os apresentados na avaliação dos cursos de Relações Internacionais (INEP, 2011).

5 Considerações finais

A expansão da oferta dos cursos de Relações Internacionais representa as duas faces de uma mesma moeda. De um lado, demonstra o quanto essa área tem se desenvolvido como

campo de estudo específico, atraindo cada vez mais alunos interessados em atuar profissionalmente no âmbito internacional. Por outro lado, fomentam a criação de cursos que têm sua qualidade posta à prova, apesar do cenário atual de regulamentação da área não demonstrar parâmetros básicos de formação curricular.

As diferenças de currículos entre os cursos de Relações Internacionais nas instituições de ensino superior são sim uma realidade que pode ter levado ao baixo desempenho de alguns cursos no ENADE. Na ausência de diretrizes mínimas formalizadas pelo Estado, a academia estabelece aquilo que considera o “núcleo duro” da grade curricular de um curso de Relações Internacionais. Entretanto, na falta de fiscalização oficial, ou sendo esta bastante flexível, não há garantia de seu cumprimento.

Se, realmente há um descompasso entre o que vem sendo estudado nos cursos e o que o governo espera que seja ensinado, conforme mostram as questões do ENADE, dificilmente o conceito obtido pelas instituições que ofertam Relações Internacionais será aumentado.

Não se pode deixar de considerar que um curso não é formado apenas de grade curricular, e a maior parte dos cursos de Relações Internacionais sofre com problemas relacionados aos seus projetos pedagógicos, principalmente no que diz respeito a qualificação docente, em que se inclui a participação de professores mestres e doutores; o acesso a biblioteca com acervo adequado à área; a realização de pesquisas e o desenvolvimento de extensão universitária, aspectos que contribuem para a qualidade do ensino e são parâmetros considerados para formação do conceito no ENADE.

Nesta perspectiva, considera-se que as informações obtidas na análise dos resultados do ENADE 2009 são pertinentes e servem para fundamentar e ampliar o espaço de discussão sobre a qualidade do ensino das Relações Internacionais. Portanto, tendo presente que a finalidade do artigo foi produzir uma reflexão e estabelecer uma compreensão do papel exercido pelo sistema avaliativo dos cursos superiores coordenado pelo INEP, procurou-se não somente analisar, mas também, ampliar o conhecimento sobre o tema proposto, articulando-o com o contexto atual e as perspectivas futuras da avaliação dos cursos de Relações Internacionais no Brasil.

Assim, diante de tudo o que foi demonstrado até aqui, espera-se que aqueles que se interessam pelas Relações Internacionais, pela melhoria do ensino superior e que se preocupam com a qualidade dos profissionais que vêm sendo formados, sejam os órgãos governamentais, a academia ou a sociedade civil, de posse dos números trazidos ampliem o debate sobre o que se espera das Relações Internacionais, essa importante área do

conhecimento que tanto contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e da imagem do Brasil no mundo.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia.** Brasília: LGE Editora, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Padrões de qualidade para os cursos de Relações Internacionais.** Brasília. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/padreli.doc>>. Acesso em 06 abr. 2011.

BRIGAGÃO, Clovis. **Relações Internacionais no Brasil: instituições, programas, cursos e redes.** Rio de Janeiro: Gramma, 2004.

CERVO, Amado Luiz. A historiografia brasileira das Relações Internacionais. **Revista Interamericana de Bibliografia**, v. 42, n. 3, p. 393-409, 1992.

CESA, Gabriela. **O perfil profissiográfico do internacionalista como parâmetro para elaboração da estrutura organizacional dos cursos de Relações Internacionais no Brasil.** 2011. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2011.

CINTRA, Rodrigo. **O estudo das relações internacionais.** Disponível em : <http://www.rodrigocintra.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=202:o-estudo-das-relas-internacionais&catid=63:artigos-npublicados&Itemid=31> . Acesso em 12 de outubro de 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

EMEC. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados.** Disponível em:<<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 12 abr. 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 13. ed. Campinas: Papirus, 2006.

FERNANDES, António José. **Relações internacionais contemporâneas do mundo da Europa a Europa do mundo.** Itajaí: Univali, 1998.

GOLDSTEIN, Joshua S. **International Relations.** New York: Longman, 1999.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais.** Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf> . Acesso em: 11 de outubro de 2010.

_____. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

GUIMARÃES, Valter Soares (Org.) **Formar para o mercado ou para a autonomia?: o papel da universidade**. São Paulo: Papirus, 2006.

HERZ, Monica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p.7-40, jan./jun. 2002.

INEP. Sistema Nacional de Avaliação dos Estudantes. **Prova de Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://enade2009.inep.gov.br>>. Acesso em 03 mar. 2010.

_____. Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior. **Manual de avaliação das condições de ensino do Curso de Relações Internacionais**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/2002/condicoes_ensino/ACE-REL_INTERNACIONAIS.pdf>. Acesso em 06 abr. 2011.

_____. **Inep inicia pesquisa para saber como os formados estão no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/todas-noticias?p_p_auth=RetiSQH9&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=2&p_p_col_count=3&_56_INSTANCE_d9Q0_groupId=10157&p_r_p_564233524_articleId=54640&p_r_p_564233524_id=60210>. Acesso em 20 nov. 2011.

_____. **Provas serão aplicadas em 6 de novembro, com dispensa de ingressantes**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/todas-noticias?p_p_auth=RetiSQH9&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=2&p_p_col_count=3&_56_INSTANCE_d9Q0_groupId=10157&p_r_p_564233524_articleId=60201&p_r_p_564233524_id=61338>. Acesso em 20 nov. 2011.

_____. **Seminários do Enade recebem mil coordenadores de curso**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/todas-noticias?p_p_auth=RetiSQH9&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=2&p_p_col_count=3&_56_INSTANCE_d9Q0_groupId=10157&p_r_p_564233524_articleId=76595&p_r_p_564233524_id=76823>. Acesso em 20 nov. 2011.

JULIÃO, Taís Sandrim. **ENADE 2009 e a avaliação da área de Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/12/02/enade-2009-e-a-avaliacao-da-area-de-relacoes-internacionais-por-tais-sandrim-juliao/>>. Acesso em 05 abr. 2011.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino das Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (Org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

_____. **História das relações internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005a.

_____. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.48, n. 2, p. 169-184, 2005b.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 1981.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.12, p. 83-98, jun. 1999.

_____. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 20, p. 103-114, jun. 2003.

NEIVA, Cláudio; COLLAÇO, Flávio Roberto. **Temas atuais de educação superior: proposições para estimular a investigação e a inovação**. Brasília, DF: ABMES, 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2001.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**. O currículo integrado. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1998.

SANTOS, Norma Breda dos; FONSECA, Fulvio Eduardo. A pós-graduação em relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 25-48, mai./ago., 2009.

SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-39, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.) **Relações internacionais dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

TEODORO, Antonio. **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez, 2003.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Instituto de Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://irel.unb.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI. **Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://www.univali.br/ri>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Curso de Graduação em Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://ri.ufsc.br>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2004.

VIEIRA, Carlos Alberto Adi. A face oculta da globalização: o trabalho mundial das ONGs. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (coord.). **Relações internacionais & globalização: grandes desafios**. Ijuí: Unijuí, 1999.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **História do século XX**. 2. ed. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

_____. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (Org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.